

**HABEAS CORPUS Nº 548.699 - MG (2019/0357220-5)**

**RELATOR** : **MINISTRO RIBEIRO DANTAS**  
**IMPETRANTE** : ANA BEATRIZ DA SILVA GOMES  
**ADVOGADO** : ANA BEATRIZ DA SILVA GOMES - MG188826  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
**PACIENTE** : MOISES JUNIO DOS SANTOS SILVA (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

**DECISÃO**

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de **MOISES JUNIO DOS SANTOS SILVA**, em que se aponta como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais.

Consta dos autos que, após ser preso em flagrante pela suposta prática do delito previsto no art. 33, *caput*, da Lei n. 11.343/2006, o paciente foi beneficiado com liberdade provisória mediante monitoramento eletrônico e imposição de outras medidas alternativas ao cárcere.

Diante do descumprimento de algumas das medidas, o Juízo de primeiro grau decretou sua prisão preventiva.

Inconformada, a defesa impetrou prévio *writ* no Tribunal de origem, que indeferiu o pleito liminar.

Neste *habeas corpus*, alega o impetrante ser desproporcional a manutenção da custódia cautelar, exclusivamente no atraso de 14 dias do paciente para comparecer ao local indicado, sobretudo por ser primário, de bons antecedentes e ter residência fixa.

Sustenta ser o responsável pelos cuidados de seus dois filhos menores.

Pugna pela superação da Súmula 691 do STJ.

Requer, liminarmente e no mérito, a revogação da preventiva.

**É o relatório.**

Decido.

Esta Corte possui entendimento pacificado no sentido de que não cabe *habeas corpus* contra decisão que indefere pedido liminar, salvo em casos de flagrante ilegalidade ou teratologia da decisão impugnada, consoante os termos da Súmula 691/STF.

Nesse sentido, confira:

"AGRAVO REGIMENTAL EM *HABEAS CORPUS*. IMPETRAÇÃO INDEFERIDA LIMINARMENTE. SÚMULA N. 691/STF. ART. 1º, I, § 1º, DO DECRETO N. 201/1967 (TRÊS VEZES) E ART. 316 DO CP (TRÊS VEZES). DESCUMPRIMENTO DE MEDIDA CAUTELAR. PRISÃO PREVENTIVA. AUSÊNCIA DE PATENTE ILEGALIDADE. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.

1. O Superior Tribunal de Justiça tem compreensão firmada no sentido de não ser cabível *habeas corpus* contra decisão que indefere o pleito liminar em prévio mandamus, a não ser que fique demonstrada flagrante ilegalidade, o que não ocorre na espécie. Inteligência do

verbete n. 691 da Súmula do Supremo Tribunal Federal.

2. Caso em que a prisão foi decretada em razão do descumprimento de medida cautelar anteriormente imposta, conforme previsão. Precedentes. Ausência de manifesta ilegalidade, abuso de poder ou teratologia a autorizar a superação do mencionado enunciado.

3. Agravo regimental a que se nega provimento."

(AgRg no HC 400.949/PR, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 27/6/2017, DJe 1º/8/2017)

Na hipótese, o Juízo de primeiro grau decretou a prisão do acusado pelos seguintes motivos:

"O autuado Moisés Júnio dos Santos Silva, preso em flagrante delito e beneficiado com liberdade provisória por monitoramento eletrônico e outras medidas, não acatou as restrições impostas, deixando de comparecer a CEFLAG (fls. 23).

Portanto, considerando o relatório do Diretor da Unidade, o parecer do RMP, bem como a decisão na qual constou expressamente a advertência quanto à violação das restrições impostas, decreto a prisão preventiva de Moisés Júnio dos Santos Silva.

Entendo que o delito de tráfico de drogas, doloso e punido com pena de reclusão, é considerado hediondo justamente por se tratar de uma das maiores pragas a que nossa sociedade vem sendo submetida. Os indivíduos ligados à traficância oferecem grande perigo à saúde pública, na medida em que difundem o vício, sendo responsáveis pelo aumento do consumo de drogas e também por outros delitos relacionados, por isto deve a Justiça atuar com mais firmeza.

Ademais, o tráfico de drogas geralmente está associado a outros delitos, necessários para estimular e manter a traficância. Portanto, latente o risco à ordem pública.

Também é preciso observar que a manutenção da prisão do agente flagrado é necessária não somente para aplicação da lei penal e para garantia da instrução processual, mas também para evitar a prática de novas infrações penais. Em virtude das próprias peculiaridades que envolvem o delito do qual é acusada, entendo que as medidas cautelares diversas da prisão apontadas no art. 319 do CPP se apresentaram inadequadas e insuficientes.

Portanto, tendo o autuado descumprido as exigências impostas pelo Juízo da Custódia, conforme documentação acostada aos autos, e considerando também que se torna necessária a manutenção da prisão de Moisés Júnio dos Santos Silva a fim de assegurar a garantia da ordem pública, entendo presentes todos os requisitos ensejadores da prisão cautelar e decreto sua PRISÃO PREVENTIVA" (e-STJ, fls. 39-40)

A Corte de origem, por sua vez, indeferiu o pleito liminar por não verificar os requisitos autorizadores da medida de urgência, pois, em um primeiro exame, entendeu pela existência elementos suficientes para a manutenção da custódia cautelar, *in verbis*:

# *Superior Tribunal de Justiça*

"Trata-se de medida liminar em sede de habeas corpus impetrado em favor de Moisés Júnio dos Santos Silva, em que se alega constrangimento ilegal por parte da MMª. Juíza de Direito da 2ª Vara de Tóxicos da Comarca de Belo Horizonte, que decretou a prisão preventiva do paciente, em virtude do descumprimento de medida cautelar a ele imposta.

Após análise da decisão combatida (doc. 8, págs. 4/5), dos argumentos expostos na inicial e dos demais documentos juntados aos autos, não vejo presentes, por ora, o *fumus boni iuris* e o *periculum in mora*.

Por essa razão, indefiro a pretensão liminar" (e-STJ, fl. 12).

Assim, da leitura atenta das decisões impugnadas, não verifico, por ora, a ocorrência de flagrante ilegalidade, de modo a justificar o processamento da presente ordem.

Ante o exposto, **indefiro liminarmente** o *habeas corpus*.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

MINISTRO RIBEIRO DANTAS

Relator